



CONSCIENTIZAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DA LIBERTAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

Sirlene Paulina dos Reis¹

“Embora fosse criança, comecei a perguntar-me o que poderia fazer para ajudar aos homens” (FREIRE, 1979).”

O livro *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*, escrito em 1979 e publicado pela editora Cortez & Moraes é composto de apresentação, prólogo e três partes: o homem e sua experiência – alfabetização e conscientização e práxis da libertação.

Em sua apresentação Cecílio de Lora S. M., Diretor da Associação de Publicações Educativas, enfatiza a inquietude do autor com os métodos ou processos de conscientização desvinculados da realidade. Segundo o diretor, Paulo Freire exorta para uma necessidade de transformação da educação, por entender que, essa, deve desenvolver métodos educativos que promovam o homem para além de uma aprendizagem mecanicista, contribuindo para sua formação crítica e sua inserção nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais, somente assim, o homem imbuirá de uma educação em seu sentido macro: saber, consciência, libertação. Cecílio de Lora ainda concatena o pensamento freiriano de uma educação libertadora, com o tema de dois eventos ocorridos anteriormente, que já propunham essa mesma reflexão, quais sejam: “A conferência de Ministros da Educação ocorrida em dezembro de 1971 em Caracas e a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín.

No Prólogo, a Equipe INODEP do Instituto *Oecuménique au Service du Développement des Peuples*, do qual Paulo Freire fora presidente em 1970 apresenta o autor a partir de três palavras “Paulo Freire: um homem, uma presença, uma experiência”. Em seguida, destaca os pontos principais da obra, a qual, segundo a equipe inicia com uma breve apresentação do autor, em seguida situa o leitor geograficamente nas áreas de ação do autor (Brasil e Chile), isto é, em quais países o método de alfabetização-conscientização freiriano estava sendo desenvolvido. Continuando, a Equipe INODEP apresenta o projeto educativo de Paulo Freire como um “projeto libertador” capaz de libertar mutuamente educadores e educandos, transformando-os em protagonistas de uma nova realidade social.

Na primeira parte do livro, Paulo Freire discorre sobre sua existência humana/intelectual, compartilha com o leitor um breve relato de sua biografia, apresentando-se como uma criança de origem humilde, nascida aos 19 de setembro de

¹ Sirlene Paulina dos Reis, Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, sirlene.paulina@gmail.com).



1921 em Recife, Pernambuco. Filho de Joaquim Temístocles Freire, oficial da Polícia Militar de Pernambuco, admirador da doutrina espírita, sem necessariamente ser praticante de grupos religiosos, homem bom, inteligente cujas marcas indelévels, para o autor, estavam em sua capacidade de amar, dialogar e respeitar as diferentes opções do ser humano, e já falecido no ano dessa obra e de Edeltrudes Neves Freire, cujas virtudes inesquecíveis para ele, serão sempre a docilidade, bondade, justiça e uma fé inabalável em Deus.

Apesar de sua naturalidade recifense, foi em Jaboatão que vivenciou sua infância, adolescência e maturidade, tendo em vista que, a crise de 1929, levou a família a sair de Recife, com esperança de dias melhores. Foi também em Jaboatão que perdeu seu pai, conheceu a fome e a compreendeu na vida de outros, descobrindo aí como a vida real caminhava apartada dos discursos alienantes da religião católica que seguia e da política social da época. Apesar da dicotomia entre a realidade e o discurso e até mesmo por causa dela, Freire (1979), não desacreditou na transformação do homem pelo homem “Embora fosse criança, comecei a perguntar-me o que poderia fazer para ajudar aos homens” (FREIRE, 1979). Em 1944, casou-se com Elza Maia Costa Oliveira, professora primária e diretora escolar, mulher de fé católica, como ele, com quem teve cinco filhos.

Foi com ela, a partir do casamento que, surgiu seu interesse pela educação sistêmica, através da qual, pela linha do tempo é possível perceber a resposta à pergunta que a ele próprio fizera em sua infância. Através da educação algo poderia ser feito para ajudar os homens. Imergido em sua formação educacional, aprofundou-se nos estudos em educação, filosofia, sociologia da educação e direito. Não encontrou no Direito a força preponderante para ajudar o oprimido.

Em sua concepção, a ciência jurídica, até então, seguia seu modo operandis da opressão sistêmica do julgamento dos atos praticados isolado do “ser” em julgamento, não atendendo assim, sua inquietude por um diálogo social. Abandonou o Direito, ingressando em um novo trabalho, de prestação de serviços à comunidade, o SESI, onde recomeçou uma nova comunicação com o povo através de suas primeiras experiências, ressaltando aqui, a alfabetização popular em 1961, através do intitulado “Método Paulo Freire” construído, pedagogicamente, a partir da libertação e da ascensão das massas.

No entanto, no Brasil essa “Pedagogia da liberdade” não foi aceita pela classe política dominante que a entendia como uma incitação subversiva de Paulo Freire à classe oprimida, com vistas a lhes tirarem o privilégio e o domínio político, afinal, uma população pensante, não mais se curvaria à manipulação dos grupos reacionários e passaria por si só a expressarem suas opiniões e escolhas nas urnas eleitorais. Era ainda inconcebível que, um educador mobilizasse as massas, através da educação para a sobreposição da libertação e do diálogo sobre a opressão.

Não obstante, o cerceamento do método pedagógico de Freire foi, indiscutivelmente, precursor da redução das taxas de analfabetismo no Brasil. O Golpe de Estado (1964) impediu expressamente a expansão do plano nacional da Educação Popular. Freire foi considerado subversivo, ficou preso por aproximadamente 70 dias e para sobreviver teve que buscar o exílio. Apesar da proibição, no Brasil, dos métodos educacionais de Freire, a pedagogia da liberdade, foi incorporada em programas oficiais de educação no Chile, por Waldomiro Cortês.



Já na segunda parte do livro intitulada “Alfabetização e Conscientização” o educador inicia a temática explicitando que não é o autor do termo “conscientização” podendo ser a autoria, atribuída à equipe de professores (filósofo Álvaro Pinto e o professor Guerreiro) do Instituto Superior de Estudos Brasileiros em meados de 1964, no entanto, absorveu-o em suas concepções de educação, por compreender a profundidade de seu significado que vai ao encontro de sua ideia de que “[...] a educação como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, de aproximação crítica da liberdade” (FREIRE, 1979).

Nesse contexto, é possível apreender do pensamento freiriano a existência de duas posições ocupadas pelo homem em suas “práxis humana”: a ingênua e a crítica. Na primeira, sobressai, o sentido filosófico da posição humana em que o homem delimita sua preocupação apenas com sua realidade envoltória, enfatizando assim a ausência de visão crítica, enquanto a segunda extrai do homem sua capacidade de interpretar, de analisar criticamente a realidade. Freire (1979), destaca que o processo de conscientização do homem é histórico, prático, que exige comprometimento humano permanente na construção de um novo mundo. É nesse estágio visionário que, a conscientização desvela a realidade e, ratifica a permanente relação da ação e reflexão para transformação do mundo “[...] a conscientização não consiste em "estar frente à realidade" assumindo uma posição falsamente intelectual.

A conscientização não pode existir fora da práxis", ou melhor, sem o ato ação-reflexão” (FREIRE, 1979). Continua o autor a complementar seu pensamento, quando diz que a conscientização leva o homem a sonhar, a ter esperança, e até mesmo sentir-se capaz de profetizar, isto é, enraizado, num sentimento utópico não consegue mais deixar de anunciar e denunciar, permanentemente comprometido com a transformação do mundo. Ainda sobre a educação e a conscientização, Freire adentra na aplicação dos processos educativos, fazendo seis assertivas denominadas de “Ideias-Força.

Na primeira fase, cita os métodos usuais como distante da realidade do aluno, necessitando de uma “descodificação” do modelo atual de ensino e recodificando a aprendizagem a partir do contexto das experiências do aluno.” O fim da descodificação é chegar a um nível de conhecimento, começando pela experiência que o aluno tem de sua situação, em seu “contexto real” (FREIRE, 1979). A segunda fase destaca o protagonismo do homem, construindo seu conhecimento a partir de sua realidade.

O autor dividiu a terceira fase em duas afirmações: a percepção do homem de que sua condição de sujeito é resultado da construção de si mesmo a partir da sua capacidade de refletir sobre sua integração com o seu meio e a afirmação seguinte dizendo que é, “através das relações que o homem chega a ser sujeito”. Desse modo, Freire (1979) ainda diz que, essas relações trata-se da “[...] realidade social ou do mundo das coisas da natureza”. Na quarta fase, destaca a cultura como obra criada pelo homem “A partir das relações que estabelece com seu mundo, o homem criando, recriando, decidindo, dinamiza esse mundo. Contribui com algo que ele é autor... Por este fato cria cultura.”

Na fase quinta, atribui ao homem além da criação de cultura a escrita da história “na medida em que o ser humano cria e decide, as épocas vão se formando e reformando”. Na sexta fase há uma reafirmação do autor de que necessário formar o homem para participar ativamente da história, auxiliá-lo a tomar consciência da “[...] realidade e de



sua própria capacidade para transformá-la”. Por fim, o autor conclui essa segunda parte da obra discorrendo sobre os processos metodológicos. Não concordava com os métodos de alfabetização da época e por isso propunha algo que partisse da realidade dos alfabetizandos, que saísse, segundo suas palavras, do abecedário e realmente oferecesse ao educando somente o necessário para sua alfabetização consciente.

Essa era sua proposta pedagógica/metodológica que fora dividida em fases: 1- “descoberta do universo vocabular”. 2 – “seleção de palavras dentro do universo vocabulário”. 3 – Criação de situações existenciais típicas do grupo com o qual se trabalha”. 4 – “elaboração de fichas indicadoras que ajudam os coordenadores do debate em seu trabalho”. 5 – “elaboração de fichas nas quais aparecem as famílias fonéticas correspondentes às palavras geradoras”. O conjunto de todas essas fases, segundo o autor, compõe o trabalho efetivo de alfabetização, substituindo o método de memorização pelo de conscientização do que se está aprendendo.

A terceira e última parte do livro trata das “práxis da libertação” que traz em sua essência a discussão acerca da opressão, da dependência e da marginalidade. Segundo Freire (1979) a estrutura social é a responsável pela relação do opressor com o oprimido. Nesse contexto, pode-se depreender que a opressão é a mantenedora da relação entre as classes dominantes e dominadas. A primeira não procura libertar a segunda, pois acredita que provém essa, de todas as condições básicas de permanência e sobrevivência social. A segunda, apaticamente, conforma com sua condição de oprimida, chegando ao extremo de querer parecer-se com a primeira.

Nessa relação abusiva de poder e submissão a dependência das classes é alimentada, infere-se então que, a libertação de fato, só acontecerá quando o oprimido for capaz de fazer uma leitura de si mesmo e desgarrar da sua condição subserviente, rompendo assim com a chamada “cultura do silêncio”. Sobre a marginalidade, a reflexão freiriana destaca a ambiguidade do termo quando referido à alfabetização. Segundo o autor, existem aqueles que afirmam que os analfabetos habitam a margem da sociedade, enquanto outros os incluem dentro dessa estrutura marginal. Considerando as duas situações, é notório nessa obra que o pensamento do autor é que não existem homens marginalizados pelo analfabetismo, existem homens oprimidos pela estrutura social, cuja saída, não está apenas na alfabetização memorial e sim numa alfabetização libertadora, numa relação de realidades entre educador e educando.

No que se refere à Ação Cultural e Revolução Cultural é pertinente inferir que a ação leva à revolução. Quando o sujeito, ser pensante, conseguir romper com seu estado de alienação e conformismo e imbuir-se de uma autenticidade de pensamento e ações, logo haverá uma transformação social e humana. Um novo homem, inerente à sua realidade social, reflete uma sociedade nova, inerente ao homem que a constrói. “Ação cultural e revolução cultural supõem comunhão entre os líderes e o povo como seres que transformam a realidade” (FREIRE, 1979).

No entanto, há de destacar, que a ação cultural e a revolução cultural apesar de integralizadas no sentido de resultados, são processos distintos e que requerem cuidado, não devendo, portanto, distanciar de seus objetivos, tendo em vista que a ação cultural, segundo o autor é a voz do oprimido contra a [...] a elite dominadora do poder, enquanto



que a revolução cultural desenvolve-se em harmonia com o regime revolucionário, apesar disto não significar que esteja subordinada ao poder revolucionário”.

Essa obra é indicada a todos aqueles que compartilham do pensamento que a educação é um processo contínuo de formação e libertação do homem e da sociedade. Que a educação como processo formativo humano, deve ser capaz de despertar o senso crítico, de transmitir conhecimento técnico a partir do contexto social do educador e do educando, e que ainda seja capaz de proporcionar ao homem seu poder de “desmassificação”, de rompimento com sua condição de oprimido.

REFERÊNCIA

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** Trad. de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.